

O CETICISMO MORAL DE MICHAEL RUSE

MICHAEL RUSE'S MORAL SKEPTICISM

Karen Giovana Videla da Cunha Naidon

Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

E-mail: karengvidela@yahoo.com.br

RESUMO:

O apelo às explicações evolucionistas da moralidade conduziu muitos autores a negar, de alguma forma ou outra, a possibilidade do conhecimento moral, dentre os quais se encontra Michael Ruse. Este autor, porém, não é completamente claro sobre qual seria o elemento essencial, em sua concepção, para a exclusão da possibilidade de conhecimento moral: o fato de os requerimentos morais não poderem ser justificados, o fato de não serem verdadeiros ou mesmo ambos os fatos? Diante disso, objetiva-se, neste trabalho, iniciar uma reflexão sobre qual seria a natureza precisa do ceticismo moral sustentado por Ruse. Para tanto, o trabalho será estruturado em duas partes principais: na primeira delas, será feito um breve incursão nas hipóteses científicas e filosóficas sustentadas por Ruse a respeito da moralidade; na segunda parte, então, serão tecidas algumas considerações na tentativa de chegar a uma resposta acerca da precisa natureza do ceticismo moral por ele sustentado.

PALAVRAS-CHAVE:

Ceticismo moral. Michael Ruse. Metaética. Crenças morais.

ABSTRACT:

The appeal to evolutionary explanations of morality led many authors to deny, in some way or another, the possibility of moral knowledge, among which is Michael Ruse. This author, however, is not entirely clear on what would be the essential element, in his conception, to the exclusion of the possibility of moral knowledge: the fact that moral requirements can not be justified, the fact that they are not true or both facts? Because of this, this paper aims to initiate a reflection on what would be the precise nature of the moral skepticism sustained by Ruse. In order to do so, the paper will be structured in two main parts: in the first of them, will be made a brief survey in the scientific and philosophical hypotheses supported by Ruse on morality; in the second part, then, some considerations will be made in an attempt to arrive at an answer about the precise nature of the moral skepticism that he maintains.

KEYWORDS:

Moral skepticism. Michael Ruse. Metaethics. Moral beliefs.

INTRODUÇÃO

Um considerável número de estudiosos em filosofia moral tem passado a levar em consideração as explicações fornecidas pela teoria da evolução a respeito do comportamento moral humano quando da elaboração de suas próprias concepções sobre o tema. Ao assumir essa postura, diversos têm sido os posicionamentos resultantes, dependendo do peso conferido a essas explicações em comparação com outros fatores que podem ser considerados no estudo da moralidade.

O apelo às explicações evolucionistas da moralidade conduziu muitos autores, por exemplo, a negar de alguma forma a possibilidade do conhecimento moral, dentre os quais se encontra Michael Ruse. Segundo as visões de Ruse, não seria possível afirmar que há padrões morais objetivos, isto é, que há como determinar objetivamente se certo juízo moral é o correto ou não. Os padrões morais partilhados pelos seres humanos seriam meramente frutos de sua história evolutiva e poderiam ter sido diferentes ou sequer existirem caso essa história tivesse tido outro desfecho. Sendo assim, tais padrões não seriam objetivos no sentido de terem uma validade universal.

Ao sustentar uma visão como essa, o autor parece excluir a possibilidade de que os requerimentos morais dos seres humanos sejam considerados conhecimento. No entanto, cabe indagar qual seria, para Ruse, o elemento essencial dessa exclusão: o fato de os requerimentos morais não poderem ser justificados, o fato de não serem verdadeiros ou mesmo ambos os fatos? Diante disso, o objetivo deste trabalho consiste em iniciar uma reflexão sobre qual seria a natureza precisa do ceticismo moral sustentado por Ruse. Para tanto, o trabalho será estruturado em duas partes principais: na primeira delas, será feito um breve curso nas hipóteses científicas e filosóficas sustentadas por Ruse a respeito da moralidade; na segunda parte, então, serão tecidas algumas considerações sobre a natureza do ceticismo moral por ele sustentado

1. O QUE DIZ RUSE SOBRE A MORALIDADE?

1.1. Hipótese Científica

O ponto de partida da concepção de Ruse a respeito da moralidade é a hipótese científica que ele endossa sobre como teria ocorrido a evolução do senso moral nos seres humanos.

De acordo com a Teoria da Evolução, todos os organismos teriam surgido através de um processo de evolução lento e natural. (RUSE, 1986, p. 226) Tal processo se daria pelo seguinte mecanismo: já que os recursos disponíveis no ambiente são inferiores ao que seria necessário para a sobrevivência e reprodução de todos os organismos que nascem, estes acabariam tendo que competir por tais recursos e os mais bem sucedidos na disputa seriam, assim, selecionados naturalmente. Nesse processo, a maior adaptabilidade de um organismo ao meio o favoreceria em referida disputa.

Como Ruse observa, porém, embora o processo evolutivo possa começar com a competição por recursos escassos, isso não implicaria a existência de permanentes combates violentos. Isso porque, segundo ele, a cooperação entre indivíduos (sobretudo entre indivíduos da mesma espécie) seria capaz de trazer, muitas vezes, muito mais benefícios evolutivos (isto é, um maior ganho em adaptabilidade) do que se poderia obter por meio da aniquilação do outro indivíduo por meio de uma disputa. Conforme Ruse, essa cooperação a fim de obter benefícios evolutivos pessoais tem sido chamada de "altruísmo biológico", o qual estaria presente em várias espécies, inclusive na espécie humana. (RUSE, 1986, p. 228)

A hipótese de Ruse a respeito da evolução do senso moral humano consiste na suposição de que o mesmo teria se desenvolvido, justamente, como uma forma de garantir o altruísmo biológico. Para fazer os seres humanos cooperarem a fim de atingir as vantagens biológicas que isso pode trazer (altruísmo biológico), a evolução os fez desenvolver disposições inatas para cooperar em nome "dessa coisa a que chamamos

moralidade", enchendo-os de "pensamentos sobre o certo e o errado, [da] necessidade de ajudar nossos companheiros e assim por diante." (RUSE, 1986, p. 230)

É claro que a cooperação entre os seres humanos poderia muito bem ter sido promovida por outro meio, como de fato ocorreu em outras espécies¹. Não há, portanto, inevitabilidade ou necessidade de o senso moral ter se desenvolvido entre os seres humanos. Estes poderiam, por exemplo, ter evolvido de modo a terem supercérebros, conseguindo e tendo o hábito de calcular racionalmente se um certo tipo de ação é de seu interesse ou não. Em cada tomada de decisão, haveria um cálculo dos benefícios pessoais de cada curso de ação possível. Entretanto, não foi esse o desfecho da história evolutiva da espécie humana.

Segundo a explicação endossada por Ruse, então, o senso moral dos seres humanos, ou seja, a tendência que eles têm de considerar algumas ações como moralmente obrigatórias, enquanto outras ações como moralmente proibidas, seria uma adaptação biológica, isto é, uma característica que foi selecionada ao longo do processo evolutivo da espécie em virtude de seus benefícios biológicos. (JOYCE, 2000, p. 714) Tais benefícios adviriam do fato de que o senso moral ajudaria a promover o altruísmo biológico, o qual seria, por sua vez, biologicamente benéfico. (RUSE, 1986, p. 229)

1.2. Hipótese Filosófica:

Com base nessa hipótese empírica, Ruse elabora sua própria concepção filosófica acerca da moralidade. Segundo ele, não seria correto pensar que os fatos sobre a evolução do senso moral humano seriam capazes de servir de fundamento para a moralidade, como alguns autores evolucionistas pensaram (como, por exemplo, Herbert Spencer), pois, ao fazer isso, estar-se-ia incorrendo no erro de

¹ Ruse cita o exemplo das formigas, as quais "desenvolveram o altruísmo biológico em seu mais alto grau através do que se pode chamar de "cabearamento ou fiação genética" ["genetic hardwiring"]. As formigas são como máquinas, que trabalham em seus ninhos de acordo com disposições inatas, estimuladas (disparadas) por fenômenos químicos e similares." (RUSE, 1986, p. 229)

derivar prescrições a partir de descrições, o que, seguindo Hume, ele rejeita terminantemente. Nas palavras de Ruse, "supor que a história das origens diz [algo] sobre a verdade ou falsidade é confundir causas com razões." (RUSE, 1986, p. 233)

Mas Ruse vai além disso, sustentando que a moralidade simplesmente não tem filosoficamente fundação objetiva de qualquer natureza, seja ela evolucionista, divina ou qualquer outra. (RUSE, 1986, p. 234) De acordo com o autor, o que mostraria que a moralidade não tem fundação objetiva é, justamente, a explicação evolutiva da mesma. Nas palavras do autor:

[...] usando as reivindicações factuais sobre as origens [da moralidade], você pode dar às reivindicações morais a única *explicação* fundacional que ela possivelmente pode ter. Em particular, o evolucionista argumenta que, graças à nossa ciência nós vemos que reivindicações como 'Você deve maximizar a liberdade pessoal' não são mais do que expressões subjetivas, imprimidas sobre nosso pensamento por causa de seu valor adaptativo. Em outras palavras, nós vemos que a moralidade não tem filosoficamente fundação objetiva." (RUSE, 1986, p. 234)²

A conclusão a que chega Ruse é de que a moralidade seria uma ilusão, a qual, por assim dizer, engana os seres humanos para que promovam o altruísmo biológico. (1986, p. 234)

A fim de embasar sua alegação de que a explicação evolutiva da moralidade seria capaz de mostrar que esta não tem fundação objetiva, Ruse recorre a uma analogia entre requerimentos morais e mensagens de Tabuleiros Ouija (tabuleiros para suposta comunicação com espíritos). O autor pede para que se imagine a seguinte situação. Uma

² "[...] using factual claims about origins, you can give moral claims the only foundational *explanation* that they might possibly have. In particular, the evolutionist argues that, thanks to our Science we see that claims like 'You ought to maximize personal liberty' are no more than subjective expressions, impressed upon our thinking because of their adaptative value. In other words, we see that morality has no philosophically objective foundation." (RUSE, 1986, p. 234)

mãe em luto pela morte de seu filho tenta se comunicar com o espírito dele por meio de um tabuleiro desse tipo. Ao fazer isso, o tabuleiro fornece a mensagem: "Está tudo bem mãe. Eu fui para um lugar muito melhor. Estou apenas esperando por você e por papai." Segundo Ruse, essas não foram de fato palavras proferidas pelo espírito do filho falecido, mas sim algo ilusório, isto é, meramente um resultado "da psicologia das pessoas [no caso, da mãe em luto] enquanto elas projetam seus desejos." (RUSE, 1986, p. 234)

De acordo com o autor, não seria preciso uma fundação objetiva para o suposto proferimento do falecido "Está tudo bem mãe.", ou seja, não seria preciso perguntar "Mas por que está tudo bem?". Seria o bastante ter uma "explicação causal de porque a pessoa enlutada ouviu o que ela ouviu". (1986, p. 234) Ao afirmar isso, Ruse parece pensar que a explicação causal de porque a mãe ouviu essa mensagem e acreditou que teria sido proferida por seu filho seria suficiente para mostrar que não se pode dar a essa mensagem uma fundação objetiva, que não se pode apontar algum referente externo que seja sua razão, e não apenas causa, visto que a mãe ouviu essa mensagem e a tomou como sendo de seu filho em virtude dos sentimentos e emoções que está sentindo no momento, e não porque ela foi proferida pelo espírito.

Para Ruse, algo parecido poderia ser aplicado aos requerimentos morais. Conforme ele sustenta:

[...] não há justificação razoável [reasoned] para a ética no sentido de fundações para as quais se pode apelar [num] argumento razoável [reasoned]. Tudo que se pode oferecer é um argumento causal para mostrar porque nós sustentamos crenças morais. Mas uma vez que tal argumento é oferecido, nós podemos ver que isso é tudo que é preciso³. (1986, p. 235)

3 "there is no reasoned justification for ethics to which one can appeal in reasoned argument. All one can offer is a causal argument to show why we hold ethical beliefs. But once such an argument is offered, we can see that this is all that is needed." (RUSE, 1986, P. 235)

Assim como no exemplo anterior, não seria preciso pedir uma justificação fundacional de "É moralmente errado fazer X."; seria necessária tão somente uma explicação causal de porque os seres humanos têm essa e outras crenças morais.

Assim como no exemplo anterior, a moralidade seria uma ilusão, "uma ilusão coletiva da raça humana, formada e mantida pela seleção natural." (RUSE, 1986, p. 235) A ilusoriedade, tanto no caso da mensagem do tabuleiro quanto no das crenças morais, decorreria do fato de que ambos são subjetivos, visto que não possuem referentes objetivos, sendo meros frutos da subjetividade humana⁴. A diferença crucial entre ambos os casos reside na circunstância de que as crenças morais são partilhadas pela espécie humana, ao contrário da mensagem do tabuleiro, que depende dos desejos e sentimentos individuais da mãe em luto. Ruse admite que a moralidade, por ser partilhada pela espécie humana em decorrência do processo evolutivo, possui um certo grau de objetividade e, por isso, ela não seria ilusória num sentido tão radical quanto no caso da mensagem do tabuleiro. Para o autor, o que seria ilusório nas crenças morais seria pensar que elas têm referentes objetivos, algo externo que as torna objetivamente cogentes, obrigatórias.

Segundo Ruse, porém, seria justamente a crença na objetividade dos requerimentos morais aquilo que garantiria sua efetividade, sua capacidade de moldar o comportamento dos seres humanos. Em suas palavras:

Há boas razões (biológicas) pelas quais faz parte da nossa natureza objetivar [isto é, atribuir objetividade a] a moralidade. Se não considerássemos ela [objetivamente] obrigatória, nós a ignoraríamos. É precisamente porque pensamos que a moralidade é mais do que meros desejos subjetivos, que somos levados a obedecê-la. (RUSE, 1986, p. 236)⁵

4 Segundo Ruse, "o evolucionista situa os sentimentos morais simplesmente na natureza subjetiva da psicologia humana." (1986, p. 234)

5 "there are good (biological) reasons why it is part of our nature to objectify morality. If we did not regard it as binding, we would

A despeito da utilidade prática, dos benefícios biológicos que há na crença de que a moralidade é objetiva, Ruse conclui que, à luz do que se conhece a respeito do processo evolutivo da espécie humana, em particular do senso moral humano, qualquer fundação objetiva que se pretenda alegar que a moralidade possui deve ser, a rigor, considerada redundante, uma vez que ela não seria capaz de interferir no senso moral humano.

2. NATUREZA DO CETICISMO MORAL DE RUSE

A partir do que foi exposto sobre a concepção de Ruse acerca da moralidade, pode-se perceber que ele sustenta uma forma de ceticismo moral. Na medida em que as crenças morais são meros frutos do processo evolutivo da espécie humana e que as mesmas não possuem referentes objetivos, apesar de os seres humanos pensarem que sim, dificilmente tais crenças poderiam ser consideradas conhecimento propriamente dito. Cabe, neste momento, indagar, então, qual seria exatamente o elemento determinante, na concepção de Ruse, para excluir que as crenças morais possam ser consideradas conhecimento. A resposta poderia ser o fato de os requerimentos morais não poderem ser justificados, ou poderia ser o fato de não serem verdadeiros ou mesmo ambos os fatos. É necessário responder a essa indagação a fim de esclarecer mais precisamente a natureza do ceticismo moral sustentado por Ruse.

Ao falar sobre a moralidade, o autor não deixa muito claro quando está falando sobre as condições de verdade para crenças morais e quando está falando de sua justificação. Ruse resume sua posição metaética na insistência de que requerimentos morais não possuem referentes objetivos, mas que, a despeito disso, os seres humanos tratam-nos como se tivessem tais referentes. O autor parece supor aí que, quando os seres humanos creem nos requerimentos morais (isto é, tomam-nos como verdadeiros), eles estão tratando eles como se

ignore it. It is precisely because we think that morality is more than mere subjective desires, that we are led to obey it." (RUSE, 1986, p. 236)

tivessem referentes objetivos.

Mas o que seriam esses referentes objetivos? Como Ruse nega que eles existam, ele não se preocupa em esclarecer precisamente o que eles seriam. Porém, quando ele cita exemplos de possíveis fundações objetivas para a moralidade, ele fala muitas vezes em mandamentos divinos. Sendo assim, poder-se-ia dizer, talvez, que o mandamento de Deus aos seres humanos "Não deves fazer X", por exemplo, poderia ser um candidato a referente objetivo da crença moral "É moralmente errado fazer X." caso a moralidade tivesse uma fundação objetiva de caráter teológico.

Parece possível afirmar, a partir do discurso de Ruse sobre a necessidade de distinguir causas de razões, que ele pensa que, caso a moralidade tivesse esse tipo de fundação objetiva (isto é, de caráter teológico), cada mandamento divino serviria de razão para justificar a crença moral da qual é o referente objetivo. Entretanto, não havendo fundação objetiva, como sustenta Ruse, as crenças morais careceriam de justificação na visão desse autor.

Agora, o que dizer sobre o valor de verdade das crenças morais? Poderiam as crenças morais, ao ver de Ruse, serem consideradas verdadeiras apesar de carecerem de justificação? Este ponto foi deixado mais obscuro na concepção de Ruse. Quando ele afirma que as crenças morais não possuem referentes objetivos e que são meros frutos de fatores subjetivos dos seres humanos, isso parece soar como se ele estivesse sustentando que não há fatos morais objetivos sendo descritos por tais crenças. Nesse sentido, tais crenças deveriam ser consideradas falsas, visto que pretenderiam descrever tais fatos (já que os seres humanos as tratam como se tivessem referentes objetivos), mas estes simplesmente não existem. Se for isto o que Ruse está pretendendo sustentar, então ele estará sustentando o posicionamento metaético conhecido como "teoria do erro moral", segundo o qual as crenças morais não seriam verdadeiras. (e esta é, de fato, a maneira como ele é interpretado por Richard Joyce

(2000), por exemplo).

Porém, não resta totalmente claro se é esse realmente o posicionamento que Ruse pretende sustentar. Quando ele concede que a moralidade possui certo grau de objetividade pelo fato de as crenças morais serem compartilhadas pela espécie humana, ele parece deixar aberta a possibilidade de se estabelecer critérios de verdade internos para as crenças morais. Nesse sentido, uma crença moral de um indivíduo em particular seria verdadeira se ela instanciasse alguma crença moral pertencente ao núcleo de crenças morais comum a toda espécie humana.

Entretanto, isto não parece ser completamente coerente com a visão de Ruse a respeito da justificação das crenças morais. Uma vez que determinada crença moral é verdadeira por instanciar alguma crença do núcleo comum de crenças morais da espécie humana, como negar que ela não tem justificação em virtude de não ter referente objetivo? Parece que, ao exigir referente objetivo para a justificação de uma crença moral, Ruse teria de o exigir também para a verdade da mesma, especialmente se se adotar a exigência de que a justificação seja, de algum modo, indicativa da verdade.

Diante disso, embora não se possa afirmar com precisão que Ruse de fato sustentou uma teoria do erro moral, negando que crenças morais sejam verdadeiras, este parece ser o posicionamento mais coerente com sua visão a respeito da justificação de crenças morais. Se isto estiver correto, então o ceticismo moral de Ruse consiste em negar que as crenças morais possam ser consideradas conhecimento, tanto por carecerem de justificação, quanto por serem, em última instância, crenças falsas. É importante esclarecer, no entanto, que, como dito logo no início do trabalho, este é apenas o início de uma reflexão acerca da natureza precisa do ceticismo moral de Ruse, no qual se buscou colocar o problema e indicar a linha aparentemente mais viável de resposta, sendo necessários maiores aprofundamentos na temática a fim de que seja obtida uma conclusão melhor embasada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JOYCE, R. Darwinian ethics and error. In: *Biology and Philosophy* 15, pp. 713-732, 2000.

RUSE, M. Evolutionary Ethics: a Phoenix Arisen. In: THOMPSON, P. (Ed.) *Issues in Evolutionary Ethics*. New York: State University New York Press, 1995a. pp. 225-247.

_____. *Levando Darwin a sério*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995b.